

12149 - Reflexões sobre o processo de Planejamento Participativo para o avanço das interações entre sociedade civil e poder público na construção do desenvolvimento rural sustentável.

Reflections on the participatory planning process for the advancement of interactions between civil society and government in building sustainable rural development.

ZANELLI, Fabrício Vassalli¹;

1 Assessor Técnico Territorial – Território Serra do Brigadeiro- MG, efabriciu@hotmail.com

Resumo: O presente esboço é uma tentativa de analisar processos sociais de interação entre sociedade civil e poder público na construção do desenvolvimento rural sustentável na bacia do rio Suaçuí Grande, na região centro-nordeste de Minas Gerais. Nesta região, após um intenso processo de mobilização social, constituiu-se o Território Alto Suaçuí Grande no ano de 2007, e desde então os sujeitos sociais se reúnem em espaços de diálogo que vão desde as comunidades rurais até ao colegiado territorial. A experiência mostra-se extremamente importante e promissora para a região, até então esquecida pela grande maioria das políticas públicas e atuações de organizações do terceiro setor. A partir da homologação do território Alto Suaçuí Grande a preocupação com o desenvolvimento regional ganha espaço, gerando a demanda de novos espaços de planejamento e articulação para definição dos eixos de desenvolvimento neste território, como aconteceu na II Oficina Territorial em Abril de 2011. A proposta deste ensaio é analisar, no evento referido, os anseios e as ações sugeridas pelos atores sociais, e destacar os principais gargalos na construção de um futuro mais esperançoso para a agricultura familiar deste território.

Palavras -Chave: Territórios, Planejamento, Alto Suaçuí Grande.

Abstract: This draft is an attempt to analyze social processes of interaction between civil society and government in building sustainable rural development in the Suaçuí Grande river basin, in the region of northeast center of state of Minas Gerais. In this region, after an intense process of social mobilization, the Territory of Alto Suaçuí Grande was constituted into the year of 2007, and since then people get together in social spaces for dialogue ranging from rural communities to the collegiate of territorial development. The experience shows it is extremely important and promising for the region, hitherto overlooked by the vast majority of public policies and actions of third sector organizations. From the ratification of the territory Alto Suaçuí Grande concern for regional development is gaining ground, creating demand for new spaces for planning and coordination to define the axes of development in this territory, as happened in the Territorial Second Workshop in April 2011. The purpose of this essay is to analyze, in such event, the concerns and suggested actions by social actors, and highlights the major bottlenecks in building a more hopeful future for family farmers of this territory.

Keywords: Territory, Planning, Alto Suaçuí Grande.

Metodologia:

O pressuposto para a análise em questão serão os documentos de planejamento e o relatório produzido na II Oficina Territorial. Estes documentos traduzem de um lado as

intenções resultantes de um acúmulo de discussões e problemas vivenciados pelos agricultores familiares. Por outro lado revelam novas temáticas vividas a partir das fragilidades destes grupos, que buscam estratégias coletivas de superá-las.

Espelhado em experiências de outros países, no ano de 2003 inicia-se no Brasil o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). De um lado a proposta sinaliza um novo ordenamento de aplicação dos investimentos, e por outro, fomenta o debate e estimula as decisões através de fóruns paritários de decisão; entendendo que; “expressivos avanços aconteçam será preciso aprofundar mudanças e avançar em direção a novos paradigmas nas relações entre o Estado e a Sociedade, estabelecendo políticas públicas duradouras e abrangentes, com instrumentos focados nas transformações pretendidas, que estimulem o desenvolvimento descentralizado e a autogestão”. (BRASIL, 2003. P. 10)

Homologado e reconhecido desde 2007, o Território Alto Suaçuí Grande não possui até o presente ano um importante instrumento de planejamento: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Trata-se de um grande diagnóstico participativo realizado nos municípios; que a partir dele, traçam-se eixos estratégicos de desenvolvimento e ações para fomentar o desenvolvimento territorial.

Na ausência deste documento, as organizações da sociedade civil (Associações Comunitárias e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais) juntamente com representante dos poderes públicos despertaram para a necessidade de resgatar os trabalhos da I Oficina Territorial realizada em 2009, onde foram definidos os eixos estratégicos de desenvolvimento deste território. A intenção da segunda oficina foi criar os Grupos Temáticos para que os membros se reunissem temas/eixos de afinidade, escapando à visão localista e partindo para uma concepção mais abrangente de desenvolvimento.

O planejamento do evento foi construído no diálogo entre assessor técnico e os membros do colegiado do território, (Secretários de agricultura, EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Associações Comunitárias). O evento com duração de dois dias, contou com mais de noventa participantes em cada dia; a programação elaborada pode ser dividida em cinco momentos principais: Sensibilização; Debate em torno dos eixos; Apresentação das Demandas; Formação dos Grupos Temáticos; Priorização das Ações dos Grupos.

No primeiro momento – de sensibilização – foi possível trabalhar com dinâmicas de grupos e místicas, de forma a trazer à tona o sentimento de pertencimento ao território, evidenciando a importância das relações simbólicas como elemento aglutinador, buscando acentuar o processo de territorialidade, entendido como: “tanto como o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população fazer parte de um território, de integrar ao território” (ANDRADE, 2004. p. 20)

No momento seguinte, os Eixos de desenvolvimento priorizados em 2009 foram resgatados, e os participantes discutiram as ‘Ameaças’ e as ‘Possibilidades’ de cada um. Optou-se por realizar este debate na escala de município, de forma a evidenciar inicialmente os problemas a nível local, para depois chegar à escala territorial. Esta opção

se ampara em pensadores que afirmam: “O mais relevante nas respostas socioculturais e ecológicas geradas a partir do local são os mecanismos de reprodução e as relações sociais que deles derivam. É nos processos de trabalho, e nas instituições sociais surgidas em torno deles, onde aparece a autentica dimensão do endógeno. O que a agroecologia pretende é ativar esse potencial do endógeno, gerando processo que dêem lugar a novas respostas ou faça brotar as velhas(se forem sustentáveis)” (SEVILLA-GUSMAN, 2005.p.130-131).

No terceiro momento foram apresentadas as demandas, eixo por eixo, município por município. Os principais problemas levantados foram estruturantes, como a condição das estradas falta de serviços de inspeção sanitária, falta de política fundiária. Porém muitas sugestões foram dadas no sentido de suprir estas demandas, como a criação de um serviço de inspeção territorial, implantação de usina de triagem e compostagem de lixo também a nível territorial. Isto evidencia a importância de partir da escala local de discussão dos problemas para buscar soluções conjuntas, pois é a “matriz comunitária em que se insere o agricultor, isto é, a matriz sociocultural que proporciona uma práxis intelectual e política à sua identidade local e à sua rede de relações sociais” (SEVILLA-GUSMAN 2005. p.103). Assim, este espaço se mostrou importante não apenas do ponto de vista do mero levantamento de demandas, mas do exercício reflexivo de priorização de ações para contornar os desafios.

No quarto momento foi realizada a Formação dos Grupos Temáticos, onde foi deixado de lado o olhar ‘municipalista’ e os participantes se dirigiram aos grupos de acordo com o interesse no tema.

O quinto momento foi a “Priorização das Ações”, este espaço permitiu a priorização das ações levantadas, num consenso entre representantes da sociedade civil e órgãos públicos. Este fato é representativo e significativo sob o prisma da agroecologia, pois rompe com a tendência tecnicista que excluem os agricultores da tomada de decisões sobre o desenvolvimento de suas regiões. Neste espaço aconteceu o contrário, agricultores tiveram um campo para expor suas demandas e apontar quais as prioridades estariam mais diretamente relacionadas com seu modo de vida e a superação do quadro de estagnação em que se encontram, ainda que isto tenha gerado certo tensionamento com técnicos dos órgãos e instituições, e principalmente, os representantes dos poderes públicos municipais.

Fica evidente que não é apenas por mencionar a importância da participação social e da pluralidade de idéias que os processos se constituem na prática como determina a cartilha. Os mediadores/técnicos muitas vezes ainda seguem com o perfil de hierarquização dos saberes, e do domínio da ciência sobre a realidade praticada pelos agricultores. Portanto, a participação social e a construção de políticas públicas para o campo só se dá com uma preocupação especial com o planejamento das atividades, e não obstante, com o engajamento dos agricultores familiares para a construção de sua identidade e autonomia, reforçando seus laços de sociabilidade e assegurando a perpetuação de seu modo de vida.

Foto1- Discussão em Grupos Temáticos.



Foto 2- Painel de Ações priorizadas pelos Grupos Temáticos



Resultados e Discussão:

Analisar espaços de planejamento é tarefa importantíssima para a construção do desenvolvimento territorial. Na região em questão, os indicadores sociais são extremamente baixos, o IDH médio dos municípios gira em torno de 0,64, número bem abaixo da média do estado, e comparado a países como El Salvador. Como já mencionado anteriormente, o processo de organização social na região ainda germina, não havendo muitas ações para além do sindicalismo clássico. As ações de ATER estão longe de atenderem a todo o público, e vem crescentemente perdendo atuação na zona rural para centrarem-se na emissão de documentos e demais burocracias.

Diante de todos estes fatos, é que a política de desenvolvimento territorial faz-se extremamente necessária para esta região. Nos espaços de planejamento as discussões podem abarcar escalas que vão desde a esfera comunitária até a esfera territorial, ligando-se à nacional. Por isto é importante criar processos de reflexão antes e após a execução destes espaços de planejamento, de forma a alimentar as experiências com a interação

entre ciência e a prática.

No território Alto Suaçuí Grande o desafio prossegue, pois é preciso dar corpo às ações priorizadas, é preciso transformá-las em ações concretas e assegurar sua vinculação com o desenvolvimento rural sustentável e a consolidação da agroecologia sob sua visão mais ampla: de garantir a vida plena e a reprodução do modo de vida dos camponeses. É impossível realizar esta missão através do assistencialismo estatal; a necessidade real é garantir que a sociedade planeje e execute suas ações através de espaços de participação e interação entre sociedade civil e poder público, desafio que está e continuará em curso e em disputa por muito tempo.

Bibliografia Citada:

ANDRADE, Manuel C. **A Questão do Território no Brasil**. Recife: IPESPE, 1995.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Ministério do Desenvolvimento Agrário/ IICA - Brasília: CONDRAF/NEAD, 2003. (Textos para Discussão, 4)

SEVILLA-GUSMAN, E. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. IN: AQUINO, A.M. de; ASSIS, R.L. **Agroecologia; Princípios e Técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa, 2005.

TERRITÓRIO ALTO SUAÇUÍ GRANDE. Relatório da II Oficina do Território Alto Suaçuí Grande. 2011 (30p.)